

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA /CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 869/2025

PREÂMBULO

Encontra-se aberta pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDERIO/BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.655.436/0001-60, CEP: 47.820-000, com sede na Praça Emerson Barbosa, Nº 01, centro, na cidade de São Desidério/BA, Licitação na Modalidade de CREDENCIAMENTO PÚBLICO, na forma PRESENCIAL, com fulcro no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021; e na Instrução Normativa nº 05/2024 e 010/202, Lei Complementar Nº 123/2006 e alterações pela Lei Complementar de nº 147/2014, Lei Federal de Nº 11.488/2007, e das demais exigências estabelecidas neste edital, para a Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes, nos termos e condições deste Edital.

BASE LEGAL DESTE CERTAME: Lei Federal de Nº 14.133/2021 (art. 79), Lei Complementar Nº 123/2006 e alterações pela Lei Complementar de nº 147/2014, Decreto de nº 005/2025, Referido edital ainda constará publicado integralmente com todos os seus anexos.

Conforme consta do Inciso XLIII do artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021, o Credenciamento Público é um processo administrativo de chamamento público, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto, quando convocados. Não se trata o credenciamento de uma modalidade de licitação, pois não existe concorrência e ou competição, já que todas as empresas que preencherem os requisitos deste instrumento convocatório, serão CREDENCIADAS.

O Credenciamento Público é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações, conforme disposto no Artigo 78 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO

Este Credenciamento será realizado de forma PRESENCIAL, podendo ser protocolado documentação proposta de aceitação em horário comercial e em dias uteis na sede da Prefeitura, direcionada ao setor de contratação no endereço. O interessado que desejar participar do processo de credenciamento deverá inscrever-se entregando o PROTOCOLO DE ENTREGA, devidamente preenchido, SENDO PROTOCOLADO POR APENAS 01 (UM) REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, CASO NÃO SEJA O TITULAR, A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR ATRAVÉS DE PROCURAÇÃO O PORTADOR (NÃO SERÃO ACEITOS ENVELOPES SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO), NÃO SERÁ ACEITO EM HIPOTESE NENHUMA, UM PORTADOR TRAZER VÁRIOS ENVELOPES DE OUTRAS EMPRESAS, toda

a documentação abaixo exigida no setor de licitação da Prefeitura Municipal de São Desidério/BA, Praça Emerson Barbosa, N^o 01, centro, centro na cidade de São Desidério/BA, com início **a partir das 08h00m do dia 10 de fevereiro de 2026 até as 09:00hs do dia 27 de fevereiro de 2026**, data da SESSÃO 02 de março de 2026 às 09h00m.

DEMAIS SESSÕES OCORRERÃO EM DATAS DIVULGADAS EM AVISO NO DIÁRIO OFICIAL E NO PNCP.

O resultado do credenciamento feito na data acima, será divulgado através de publicação até dez dias corridos no www.saodesiderio.ba.gov.br bem como no Portal PNCP .

Legislação: Lei Federal n^o 14.133/2021

OBS: É DEVER DO LICITANTE, SE ATENTAR PARA TODAS AS CLÁUSULAS DO EDITAL.

1. DO OBJETO

É objeto do presente Edital Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

1.1 A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal n^o 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros.

1.3 Conforme disposto no Caput do Artigo 5^o da Lei Federal de n^o 14.133/2021, aplicam-se neste certame:

- Legalidade. Impessoalidade. Moralidade.
- Publicidade. Eficiência. Interesse Público.
- Proibição Administrativa.
- Igualdade. Planejamento.
- Transparência. Eficácia. Segregação de funções.
- Motivação. Vinculação ao Edital. Julgamento Objetivo.
- Segurança Jurídica. Razoabilidade.
- Competitividade.

- Proporcionalidade. Celeridade.
- Economicidade.
- Desenvolvimento Nacional Sustentável.
- Disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.

2.3 Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura de São Desidério/BA.

2.4 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

2.5 Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Credenciamento para efeito de comprovação de sua autenticidade.

2.6 Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

2.6 Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.

2.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

2.8 A empresa e ou seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente

2.9 Estarão impedidas de participar deste processo de credenciamento as pessoas jurídicas:

- a) suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

- b) com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO/BA;
- c) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- e) que se encontrem sob falência, concurso de credores em processo de dissolução ou liquidação, concordata ou recuperação judicial;
- f) cujos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos ou servidores pertençam aos quadros do ORGÃO;
- g) entidade que estiver com irregularidades quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, consideradas a sede ou principal estabelecimento da proponente.
- h) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- i) Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

IDENTIFICAR O ENVELOPE COM OS SEGUINTE DADOS

ENVELOPE 1 NOME DA EMPRESA: _____ ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA: _____ CNPJ DA EMPRESA: _____ CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 00X/2025
--

OBJETO: Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

(NÃO COLOCAR DOCUMENTOS QUE NÃO FOI PEDIDO NA DOCUMENTAÇÃO DESTE EDITAL, PARA EVITAR O ACÚMULO DE PAPEL SEM NECESSIDADE)

3.1 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica;

- b) Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
- g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.
- h) **Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar propostas, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.**

3.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- e) Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- f) Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;

- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.3 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 dias contados da data da sua apresentação.

3.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, através da apresentação da abertura do balanço;

3.3.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

3.3.5. As empresas enquadradas no regime de “Lucro Real” deverão apresentar balanço patrimonial, com termo de abertura e encerramento, recibo de entrega de escrituração contábil digital (ECD) e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 787/07;

3.4 RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.4.1 A CREDENCIADA deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, Expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha prestado serviços pertinentes e em prazos e quantitativos compatíveis com as características do objeto deste certame, que o licitante tenha executado serviços, cujo somatório seja no mínimo 10% do quantitativo total estimado.

3.4.2. A empresa/entidade deverá apresentar comprovação dos seguintes requisitos:

Estrutura Física Adequada

· Estrutura física compatível com a demanda, contendo número mínimo de leitos e ambientes apropriados, tais como quartos, banheiros, refeitório, áreas de convivência e demais espaços essenciais ao atendimento.

· Registro fotográfico atualizado das dependências da casa/instalação.

Comprovante de propriedade do imóvel ou contrato de locação em nome da empresa

Veículos para Atendimento e Traslados

· Comprovante de propriedade de veículos (vans ou equivalentes) destinados ao transporte dos usuários ou contrato de locação em nome da empresa.

· Documentação dos veículos atualizada e comprovação de manutenção preventiva e corretiva em dia.

· Registro fotográfico dos veículos.

Equipe Técnica – Nutricionista

· Comprovante de nutricionista integrante da equipe, podendo ser vínculo direto ou contrato de prestação de serviços.

· Apresentação dos cardápios utilizados, incluindo opções específicas para dietas restritivas (hipossódicas, hipoglicêmicas, alergias, intolerâncias, etc.).

a) Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica.

3.5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Solicitação de Credenciamento (Anexo III);

b) Declaração Conjunta (Anexo IV);

c) Declaração de Aceite de Preços (Anexo V).

d) Protocolo de Entrega

4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, **os interessados irão protocolar toda a documentação de habilitação prevista no Item 3;**

4.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Credenciamento em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data final de entrega dos protocolos.

4.3 A Comissão de Credenciamento poderão, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

4.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

4.5 O Credenciamento será feito durante o prazo de validade do presente Chamamento Público e terá início para o interessado com o recebimento do Requerimento e o exame da documentação exigida.

4.6 A análise será feita pela Agente de Contratação.

4.7 A Agente de Contratação irá receber analisar, comentar, esclarecer, discutir, aprovar ou rejeitar o Credenciamento.

4.8 Caberá à Agente de Contratação, além do recebimento e exame da documentação e da análise para habilitação do interessado, em obediência às disposições estabelecidas neste Edital e demais legislação pertinente, conduzir as atividades correlatas.

5. DOS RECURSOS

5.1 O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado no www.saodesiderio.ba.gov.br.

5.2 O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido ao Setor de Licitação situado à

Praça Emerson Barbosa, N^o 01, centro, São Desidério/BA – CEP: 47.820.000

5.3 O recurso não terá efeito suspensivo.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 Após a análise documental, o Setor de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2 O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito municipal.

6.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado em publicação no www.saodesiderio.ba.gov.br **bem como no portal do PNCP**, quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será publicada no www.saodesiderio.ba.gov.br **bem como no portal do PNCP**.

7. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

7.1 Todos os que forem declarados Habilitados após a publicação do ato de credenciamento, poderão ser convocados, a assinar Contrato com o Município, colocando-se a disposição do mesmo para o Fornecimento do objeto contratado;

7.2 Todas as empresas que comparecerem ao presente Chamamento Público para credenciamento e forem declaradas habilitadas serão convocadas para firmar termo de Contrato com o Município de São Desidério/BA para o fornecimento do objeto contratado;

7.3 - Após divulgada a ata com o credenciamento, a requerente estará apta a ser contratada para execução do objeto, conforme necessidade da Administração Municipal;

7.4 - O Município não está obrigado a solicitar os serviços do credenciado, especialmente em caso de ausência de demanda que o justifique;

7.5 - As contratações oriundas do credenciamento serão formalizadas por meio de instrumento de contrato, que poderá ser substituído por ordem de fornecimento, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, no caso de contratações de valor até os limites de dispensa, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei n^o 14.133, de 2021, conforme o caso;

7.6 - O contrato público administrativo, terá vigência de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal prevista no artigo 107 da lei 14.133/2021. Formalizado o contrato, o prestador deverá executar o objeto, quando convocado;

7.7 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas por inexecução total do contrato e ao descredenciamento;

7.8 - O critério de distribuição de demanda será o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do CREDENCIADO está a cargo do beneficiário direto da prestação;

7.9 A área demandante será responsável por realizar o controle dos quantitativos executados por cada credenciado.

8 DA CONVOCAÇÃO

8.1 As empresas consideradas HABILITADAS, serão convocadas pela Administração para firmarem contrato.

9 DO ACOMPANHAMENTO

9.1 A fiscalização do contrato será exercida pela fiscal de contrato. JAMILE JULIA DE PAULA SOUZA, para a função de FISCAL SETORIAL DE CONTRATO DE SERVIÇOS EM GERAL, cujo objeto seja serviços designados às SECRETARIAS MUNICIPAIS.

9.2 Deverá constar o preço constante no Termo de Referência (Anexo I). deverá ser adotado para a emissão da nota fiscal com os valores.

10 DO CONTRATO

10.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, *prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133, de 2021*, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no www.saodesiderio.ba.gov.br .

10.2 A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

10.3 Todos os que forem declarados Habilitados após a publicação do ato de credenciamento, poderão ser convocados, a assinar Contrato com o Município, colocando-se a disposição do mesmo para o fornecimento do objeto licitado.

11 DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

11.1 O fornecimento dos produtos pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da

Declaração do Anexo V, **OS VALORES SERÃO IGUAIS PARA TODAS AS EMPRESAS, DE ACORDO COM ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA, CASO DESCUMpra A EMPRESA SERÁ DESCLASSIFICADA;**

11.2 Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.3 É encargo do credenciado, quando da efetivo fornecimento dos produtos, todas as despesas relativas a transporte, fretes, seguros, taxas, tarifas, tributos, materiais e demais despesas que porventura forem necessárias.

11.4 A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

11.5 O fornecimento executado será fiscalizado e atestados pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

12 DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

12.1 A Prefeitura Municipal de São Desiderio, subsidiada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

12.2 Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda da entrega no prazo de 02 (dois) meses serão descredenciados.

12.3 O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.4 Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5 Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pelo setor responsável, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento para tomada de decisão.

12.6 Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

12.7 Não cumprir com o determinado no tocante ao não procedimento oferecido.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, até 3 (três) dias úteis, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados ao Setor de Licitação situado Praça Emerson Barbosa, N^o 01, centro – CEP: 47.820-000, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00hs.

13.2 Caberá ao Setor de Licitação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3 As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

14 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

14.1 Será de responsabilidade do (a) CREDENCIADO (A):

14.2 – Cumprir as especificações gerais deste instrumento, realizando o fornecimento dos produtos através das Secretarias solicitantes de São Desiderio/BA, conforme estabelece o anexo I do presente edital.

14.3 – O (A) CREDENCIADO (A) deverá tomar os cuidados necessários à perfeita execução do contrato.

14.4 – As despesas, transporte, alimentação e impostos incidentes sobre os serviços, serão de responsabilidade dos credenciados.

14.5 – Permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão do Município de São Desiderio/BA, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

14.6 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de chamamento.

14.7 – Responder pelos danos causados diretamente a esta Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- 15.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos produtos.
- 15.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.
- 15.3 Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução do fornecimento, solicitando a revisão para que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- 15.4 Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de fornecimento dos produtos.
- 15.5 Estando de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- 15.6. A Prefeitura Municipal de São Desiderio/BA, através da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021.
- 15.7 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.8 Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

16 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alinea d da Lei nº 14.133/2021)

16.1 A execução do objeto deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Regularidade Jurídica e Fiscal da Credenciada:

- A empresa deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- Estar devidamente registrada no ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

16.2 Estrutura Física da Hospedagem

- Disponibilizar instalações adequadas, higienizadas e organizadas, com quartos individuais ou coletivos, equipados com camas, colchões, roupas de cama e banho em boas condições de uso.
- · Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Disponibilizar banheiros em número suficiente, ambientes ventilados e áreas de convivência.

- Manter serviço diário de limpeza, coleta de lixo e higienização de todos os ambientes.

16.3 Serviço de Alimentação

- Fornecer três (03) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) a pacientes e acompanhantes.
- Garantir cardápio nutritivo e variado, observando normas de segurança alimentar e condições de higiene exigidas pela Vigilância Sanitária.
- Disponibilizar cardápios diferenciados quando houver necessidade especial (dietas restritivas, leves ou pastosas), mediante prescrição.

16.4 Serviço de Transporte

- Disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, para o traslado diário (ida e volta) entre a Casa de Apoio, unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários.
- Os motoristas deverão ser habilitados, capacitados e treinados para conduzir pacientes em tratamento.
- A credenciada deverá manter registro atualizado das rotas realizadas, com controle de usuários transportados.

16.5 Gestão e Operacionalização

- Disponibilizar equipe responsável pela administração da Casa de Apoio, garantindo organização, acolhimento e segurança dos usuários.
 - Manter controle de entrada e saída de pacientes e acompanhantes, para fins de fiscalização contratual.
 - Assegurar atendimento humanizado, com prioridade ao bem-estar dos usuários.
- Segurança e Bem-Estar**
- Garantir condições de habitabilidade, higiene e conforto adequadas, com fornecimento de água potável, energia elétrica e internet Wi-Fi.
 - Cumprir todas as normas de segurança vigentes, incluindo saídas de emergência e equipamentos básicos de prevenção de incêndio.

16.6. Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

- Adotar práticas de uso racional de energia e água, redução de desperdícios e destinação adequada de resíduos.
- Priorizar a utilização de insumos que minimizem impactos ambientais, sempre que possível.

16.7 Fiscalização e Monitoramento

- A credenciada deverá permitir o acompanhamento e fiscalização da execução contratual por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

- · Fornecer relatórios mensais contendo informações sobre hospedagem, alimentação e transporte dos usuários.

17 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

17.1 O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 14.133/2021 caso haja interesse da Administração.

17.2 A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.

17.3. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18 DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES E DA REVISÃO

18.1. Os preços fixados no edital de credenciamento, em caso de prorrogação, seguirão o que determina o Anexo I deste Edital

18.2. A prorrogação será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por apostilamento.

19- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da execução do objeto serão custeadas pela seguinte dotação:

UNIDADE: 02.08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ATIVIDADE: 10.301.009.2.034 – Gestão das Ações dos Serviços de Saúde – Rec.

Próprios (15%)

3.3.90.39.00 15001002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

20 DA REVOGAÇÃO DO EDITAL

20.1 O presente processo de Chamamento Público para CREDENCIAMENTO poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinentes suficientes para justificar sua revogação.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Cada parte, na execução do processo de credenciamento, deve arcar no âmbito de suas respectivas responsabilidades com toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou indenizatória.

21.2 A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do Processo de Credenciamento.

21.3 A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do Credenciado anulando-se a sua participação, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativas, cível ou criminal.

21.4 Será de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados disponíveis no Município ou divulgadas pelo Órgão Oficial.

21.5 Os casos omissos serão dirimidos, sucessivamente, pela Agente de Contratação e, em última instância, pelo Prefeito Municipal.

22 ANEXOS DO EDITAL

22.1 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Apêndice Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III - Solicitação de Credenciamento;

Anexo IV - Declaração Conjunta;

Anexo V – Declaração de Aceite de Preços

Anexo VI - Modelo de Declaração de Instalação, Equipamento e Pessoal

Anexo VII- Protocolo de Entrega

São Desiderio/BA, 09 de fevereiro de 2026.

João Antônio Rodrigues Linhares

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São Desidério, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Translado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba.	DIÁRIA	9200	R\$ 91,30	R\$ 839.960,00
TOTAL GERAL					R\$ 839.960,00

IMADO REALIZADO NO EXERCÍCIO 2024		PREVISÃO PARA 12 MESES	
Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São Desidério, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Translado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba.	9127	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São Desidério, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Translado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba.	9200

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério identifica a necessidade de contratar empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem a pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, com o objetivo de garantir condições adequadas de acolhimento, conforto e segurança, tanto para os pacientes quanto para seus acompanhantes.

A demanda decorre da inexistência, no âmbito municipal e regional, de unidades de saúde habilitadas para a realização de determinados procedimentos de média e alta complexidade, o que torna imprescindível o encaminhamento de pacientes para atendimento em centros de referência localizados na capital do Estado.

Salvador é reconhecida como um dos principais polos de saúde da Bahia, concentrando hospitais, clínicas e unidades especializadas que oferecem serviços de alta complexidade, não disponíveis em municípios do interior. Ressalte-se que a capital está situada a aproximadamente 1.000 km de distância de São Desidério, o que representa significativa dificuldade logística e desgaste físico e emocional para os pacientes e seus acompanhantes.

Nesse cenário, a existência de uma Casa de Apoio em Salvador torna-se de extrema relevância, pois oferece não apenas hospedagem, mas também acolhimento humanizado, segurança e suporte às necessidades básicas dos usuários durante o período de tratamento. Esse serviço contribui para a redução do estresse associado ao deslocamento, proporciona maior tranquilidade às famílias e assegura condições mínimas de dignidade e conforto.

Adicionalmente, a disponibilização do serviço de hospedagem, aliado ao fornecimento de três (03) refeições diárias e ao traslado diário entre a Casa de Apoio, as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e os terminais rodoviários, garante que os pacientes possam cumprir integralmente seus tratamentos, sem prejuízos relacionados a barreiras econômicas, sociais ou logísticas.

A contratação se fundamenta, portanto, no dever constitucional do Município em assegurar o direito fundamental à saúde, conforme artigo 196 da Constituição Federal de 1988, devendo ser garantido por meio de políticas sociais e econômicas que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

A presente contratação será realizada nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública. Conforme dispõe o artigo 79 da referida Lei, o credenciamento é uma forma de contratação direta aplicável nos casos em que a Administração pretende formar uma rede de prestadores de serviços, desde que atendidos os requisitos previamente estabelecidos em edital. Essa modalidade permite maior flexibilidade, ampliação da oferta de serviços, bem como garante isonomia e transparência no processo de habilitação dos interessados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta contempla a Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem destinada a pacientes e acompanhantes do Município de São Desidério em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA.

A contratação deve abranger todo o ciclo de vida do objeto, que se inicia com o acolhimento e hospedagem dos usuários, passando pela prestação contínua de serviços de alimentação e transporte, e finalizando com a disponibilização de infraestrutura adequada que assegure a dignidade, a segurança e o bem-estar dos beneficiários durante o período de permanência na capital do Estado.

O ciclo de vida do objeto abrange:

Hospedagem: Disponibilização de quartos individuais ou coletivos, devidamente equipados, higienizados e organizados, adequados para acomodar pacientes em tratamento e seus acompanhantes.

Alimentação: Fornecimento diário de três (03) refeições balanceadas (café da manhã, almoço e jantar), observando padrões nutricionais e dietéticos adequados.

Transporte/Translado: Serviço de deslocamento diário (ida e volta) entre a Casa de Apoio, hospitais, clínicas, terminais rodoviários e demais locais necessários ao cumprimento dos tratamentos de saúde.

Infraestrutura de Apoio: Ambientes com condições adequadas de higiene, ventilação, acessibilidade, áreas de convivência e repouso, além de suporte básico às necessidades dos usuários.

Acompanhamento e Gestão: Disponibilidade de equipe responsável pela administração da Casa de Apoio, garantindo organização, segurança, acolhimento e atendimento às necessidades cotidianas dos usuários.

Sustentabilidade: A empresa deverá adotar medidas que contribuam para a eficiência no uso de recursos, redução de desperdícios, boas práticas de higiene e manutenção preventiva dos ambientes.

Especificação do Produto/Serviço

A solução credenciada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Hospedagem:

- Acomodação em quartos individuais ou coletivos, com camas, colchões, roupa de cama e banho em boas condições de uso.
- Estrutura adequada de sanitários, área de convivência e acessibilidade.
- Serviço de limpeza e higienização diária dos ambientes.

Alimentação:

- Fornecimento de três (03) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) para pacientes e acompanhantes.
- Cardápio variado, balanceado e adequado às necessidades nutricionais, incluindo opções especiais (hipossódicas, leves ou pastosas), mediante prescrição.
- Refeições preparadas em condições de higiene conforme normas da Vigilância Sanitária.

Transporte/Translado:

- Veículos em boas condições de uso, devidamente licenciados, com capacidade para atender à demanda de pacientes e acompanhantes.
- Motoristas capacitados e com habilitação adequada.
- Rotas diárias de ida e volta entre a Casa de Apoio, hospitais, clínicas e terminais rodoviários.

Infraestrutura Complementar:

- Sala de espera ou convivência, equipada com assentos confortáveis.
- Disponibilidade de água potável, energia elétrica, internet Wi-Fi e ventilação adequada.
- Espaço seguro para armazenamento de pertences pessoais.
- Gestão e Acolhimento:
 - Atendimento humanizado aos pacientes e acompanhantes.
 - Controle de entradas e saídas dos usuários, para fins de gestão do contrato.
 - Apoio administrativo para organização da rotina de transporte e alimentação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Regularidade Jurídica e Fiscal da Credenciada:

- A empresa deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- Estar devidamente registrada no ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

Estrutura Física da Hospedagem

- Disponibilizar instalações adequadas, higienizadas e organizadas, com quartos individuais ou coletivos, equipados com camas, colchões, roupas de cama e banho em boas condições de uso.
- Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Disponibilizar banheiros em número suficiente, ambientes ventilados e áreas de convivência.
- Manter serviço diário de limpeza, coleta de lixo e higienização de todos os ambientes.

Serviço de Alimentação

- Fornecer três (03) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) a pacientes e acompanhantes.
- Garantir cardápio nutritivo e variado, observando normas de segurança alimentar e condições de higiene exigidas pela Vigilância Sanitária.
- Disponibilizar cardápios diferenciados quando houver necessidade especial (dietas restritivas, leves ou pastosas), mediante prescrição.

Serviço de Transporte

- Disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, para o traslado diário (ida e volta) entre a Casa de Apoio, unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários.
- Os motoristas deverão ser habilitados, capacitados e treinados para conduzir pacientes em tratamento.
- A credenciada deverá manter registro atualizado das rotas realizadas, com controle de usuários transportados.

Gestão e Operacionalização

- Disponibilizar equipe responsável pela administração da Casa de Apoio, garantindo organização, acolhimento e segurança dos usuários.
- Manter controle de entrada e saída de pacientes e acompanhantes, para fins de fiscalização contratual.
- Assegurar atendimento humanizado, com prioridade ao bem-estar dos usuários.

Segurança e Bem-Estar

- Garantir condições de habitabilidade, higiene e conforto adequadas, com fornecimento de água potável, energia elétrica e internet Wi-Fi.
- Cumprir todas as normas de segurança vigentes, incluindo saídas de emergência e equipamentos básicos de prevenção de incêndio.

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

- Adotar práticas de uso racional de energia e água, redução de desperdícios e destinação adequada de resíduos.
- Priorizar a utilização de insumos que minimizem impactos ambientais, sempre que possível.

Fiscalização e Monitoramento

- A credenciada deverá permitir o acompanhamento e fiscalização da execução contratual por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Fornecer relatórios mensais contendo informações sobre hospedagem, alimentação e transporte dos usuários.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado deverá ocorrer de forma contínua, garantindo a hospedagem, alimentação e transporte dos pacientes e acompanhantes do Município de São Desidério durante todo o período necessário ao tratamento em unidades de saúde da cidade de Salvador – BA.

O serviço será prestado por meio de:

- Hospedagem em Casa de Apoio devidamente estruturada, com acomodações em quartos individuais ou coletivos, ambientes higienizados, mobiliário adequado e acessibilidade;
- Alimentação com fornecimento de três (03) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), preparadas conforme normas da Vigilância Sanitária;
- Translado diário de ida e volta entre a Casa de Apoio, hospitais, clínicas, terminais rodoviários e demais locais relacionados ao tratamento de saúde;
- Gestão Administrativa da Casa de Apoio, assegurando acolhimento humanizado, organização, segurança, higienização dos ambientes e atendimento às necessidades básicas dos usuários.

A credenciada deverá manter equipe disponível para garantir a operacionalização plena dos serviços, permitindo a fiscalização permanente da Administração.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além de seguir o modelo de execução do objeto, a credenciada compromete-se a:

- a) Disponibilizar estrutura física adequada para hospedagem, garantindo conforto, higiene e segurança.
- b) Fornecer três (03) refeições diárias balanceadas aos pacientes e acompanhantes, respeitando normas de segurança alimentar e dietas especiais quando prescritas.
- c) Realizar transporte diário, com veículos licenciados e motoristas habilitados, garantindo segurança e pontualidade nos deslocamentos.
- d) Manter equipe administrativa responsável pela gestão da Casa de Apoio, assegurando acolhimento, controle de usuários e apoio logístico.
- e) Disponibilizar serviço de limpeza, higienização e manutenção preventiva das instalações.

- f) Cumprir integralmente as normas sanitárias, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de segurança.
- g) Manter atualizado o controle de entrada e saída de pacientes e acompanhantes, disponibilizando relatórios mensais à fiscalização contratual.
- h) Responder por danos causados à Administração, a terceiros ou aos usuários em decorrência da execução do contrato.
- i) Garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência do contrato, sem interrupções.

5.3. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

O credenciante, por sua vez deverá:

- a) Fornecer à credenciada a relação dos pacientes e acompanhantes a serem hospedados, com antecedência mínima necessária para organização dos serviços.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidores formalmente designados.
- c) Efetuar o pagamento à credenciada conforme condições estabelecidas no edital e no contrato, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- d) Informar à credenciada sobre quaisquer alterações na programação de atendimentos que impactem na hospedagem, alimentação ou transporte.
- e) Prestar apoio institucional, quando necessário, para garantir a boa execução dos serviços.
- f) Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela credenciada.

5.4. GARANTIA DA QUALIDADE E EXECUÇÃO

A credenciada deverá assegurar a prestação dos serviços de hospedagem, alimentação e transporte em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, garantindo condições adequadas de conforto, higiene, segurança e acolhimento humanizado aos pacientes e acompanhantes. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, que terão a atribuição de realizar vistorias nas instalações da Casa de Apoio, verificar a qualidade das refeições fornecidas, inspecionar os veículos utilizados para transporte, analisar os registros de entrada e saída de usuários e solicitar informações e relatórios à credenciada.

Para fins de monitoramento, a credenciada deverá manter registros atualizados de todas as atividades desenvolvidas, encaminhando mensalmente relatório contendo o número de pacientes e acompanhantes atendidos, bem como as ocorrências relevantes relacionadas à execução dos serviços. Eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos identificados pela fiscalização deverão ser sanados imediatamente ou no prazo estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

A credenciada será integralmente responsável pela manutenção das instalações físicas, equipamentos e veículos utilizados na execução do contrato, devendo substituí-los sempre que necessário, além de garantir que os serviços de alimentação estejam em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária e que sejam adotadas todas as medidas de segurança necessárias para prevenir riscos à saúde e à integridade dos usuários. O descumprimento das obrigações

contratuais ou a prestação de serviços em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos sujeitará a credenciada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da credenciada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

6.7. prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

6.8. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.9. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

6.10. informar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.11. comunicar imediatamente ao Gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

6.12. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

6.13. comunicar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.14. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, na forma do inciso VII do *caput* do art. 21 deste decreto;

6.15 auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do *caput* do art. 21;

6.16. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.17. O fiscal, sempre que entender necessário, poderá solicitar auxílio da assessoria jurídica, do controle interno e da área técnica de engenharia e de informática, além de ter assegurado pleno acesso aos setores contábil e financeiro e demais repartições administrativas na realização de seus trabalhos.

6.18. O fiscal administrativo deve prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

6.19. O fiscal administrativo deve verificar a manutenção das condições de habilitação da credenciada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.20. O fiscal administrativo deve examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, informar ao Gestor do contrato;

6.21. O fiscal administrativo deve atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.22. O fiscal administrativo deve participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal setorial;

6.23 O fiscal administrativo deve auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado

6.24. O fiscal administrativo deve realizar o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e

6.25. O fiscal administrativo, sempre que entender necessário, poderá solicitar auxílio da assessoria jurídica, do controle interno e da área técnica de engenharia e de informática, além de ter assegurado pleno acesso aos setores contábil e financeiro e demais repartições administrativas na realização de seus trabalhos

6.26. O Gestor de Contratos deve coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

6.27. O gestor de contratos deve coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica-administrativa;

6.28. O gestor de contratos deve acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

6.29. O gestor de contratos deve acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento;

6.30. O gestor de contratos deve coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e relatar eventual necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.31 O gestor de contratos deve elaborar o relatório final de que trata a alínea d, do inciso VI, do § 3º, do art. 174 da Lei nº 14.133 de 2021, com as informações obtidas durante a execução

do contrato;

6.32. O gestor de contratos deve coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do fiscal técnico-administrativo;

6.33. O gestor de contratos deve emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contratos quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações contratuais;

6.34. O gestor de contratos deve realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

6.35. O gestor de contratos deve tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A execução dos serviços será medida mensalmente pela fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Serão utilizados os relatórios fornecidos pela credenciada, contendo, nome dos pacientes e acompanhantes, bem como, quantidade de diárias.

A Administração poderá cruzar os dados apresentados com seus registros internos para validação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.2. O recebimento dos serviços prestados será formalizado por meio de Atestado de Execução ou Termo de Recebimento, emitido pelo gestor/fiscal do contrato. O atestado confirmará que os serviços foram executados conforme os planos terapêuticos, infraestrutura, equipe e protocolos exigidos, e em conformidade com os relatórios apresentados. Caso haja pendências ou irregularidades, estas deverão ser notificadas à credenciada para regularização, podendo o pagamento ser suspenso até a devida correção.

7.3. A prestação de serviços será recebida provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelos fiscais setorial e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133)

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal setorial do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal setorial do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à credenciada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última

e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.3. Os serviços /materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização setorial e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CREDENCIADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021 incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6.1. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou à documentação mencionada no .art. 68 da Lei nº 14.133/2021

7.12. A Administração deverá realizar a verificação abaixo:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao CEIS e CNEP a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o credenciado deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o credenciado deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado mensalmente, após comprovação da execução integral dos serviços, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

Antecipação de pagamento

7.23. Não é permitida a antecipação de pagamento

Sanções administrativas:

7.24. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.25. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

7.25.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

7.25.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

7.25.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

7.26. Multa:

7.26.1. moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado na implantação do link, sobre o valor da total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;

7.26.2. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por inexecução total do contrato.

7.26.3. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.26.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Credenciante(art. 156, §9º)

7.26.5 Todas as sanções previstas neste Termo de referencia poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.26.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.26.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Credencianteo Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.26.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da(dez) comunicação enviada pela autoridade competente.

7.26.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no e parágrafos do art. 158caput da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.27. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

7.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.30. O Credenciante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

7.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

A seleção dos fornecedores ocorrerá por meio de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas neste edital, para a prestação de serviços de hospedagem para pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde na cidade de Salvador/BA, compreendendo:

- Hospedagem em ambiente adequado, com acomodações limpas, seguras e confortáveis;
- Fornecimento de três (03) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar);
- Serviço de traslado diário (ida e volta) entre a casa de apoio e as unidades de saúde (hospitais, clínicas, terminais rodoviários, etc.).

A forma de contratação será por demanda, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de São Desidério, sem exclusividade e sem garantia de quantitativo mínimo de hospedagens

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 66 da Lei 14.133/2021)

8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.2.4. Documentação (Identidade e CPF) dos sócios ou proprietário

8.2.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. nacional ou salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem

lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízos à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

8.2.6. Todas as cópias de documentos já devem estar devidamente autenticadas, para dar celeridade ao certame.

8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei 14.133/2021):

8.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

8.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.3.4 Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor;

8.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, que comprove inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT em www.tst.jus.br, com validade em vigor;

8.3.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.7. Certidão específica da Junta Comercial, relativo ao Estado do participante atualizada no máximo 30 (trinta) dias

8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

8.4.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, salvo se o documento indicar prazo de validade diverso;

8.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, através da apresentação da abertura do balanço;

É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

As empresas enquadradas no regime de “Lucro Real” deverão apresentar balanço patrimonial, com termo de abertura e encerramento, recibo de entrega de escrituração contábil digital (ECD) e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 787/07;

8.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021):

8.5.1. A CREDENCIADA deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha prestado serviços pertinentes e em prazos e quantitativos compatíveis com as características do objeto deste certame, que o licitante tenha executado serviços, cujo somatório seja no mínimo 10% do quantitativo total estimado.

8.5.2. A empresa/entidade deverá apresentar comprovação dos seguintes requisitos:

Estrutura Física Adequada

- Estrutura física compatível com a demanda, contendo número mínimo de leitos e ambientes apropriados, tais como quartos, banheiros, refeitório, áreas de convivência e demais espaços essenciais ao atendimento.
- Registro fotográfico atualizado das dependências da casa/instalação.
- Comprovante de propriedade do imóvel ou contrato de locação em nome da empresa

Veículos para Atendimento e Traslados

- Comprovante de propriedade de veículos (vans ou equivalentes) destinados ao transporte dos usuários ou contrato de locação em nome da empresa.
- Documentação dos veículos atualizada e comprovação de manutenção preventiva e corretiva em dia.
- Registro fotográfico dos veículos.

Equipe Técnica – Nutricionista

- Comprovante de nutricionista integrante da equipe, podendo ser vínculo direto ou contrato de prestação de serviços.
- Apresentação dos cardápios utilizados, incluindo opções específicas para dietas restritivas (hipossódicas, hipoglicêmicas, alergias, intolerâncias, etc.).

8.5.3. Para confirmação da autenticidade das declarações apresentadas, o PREGOEIRO poderá solicitar informações adicionais e proceder diligências.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 839.960,00 (oitocentos e trinta e nove mil novecentos e sessenta reais), conforme tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE: 02.08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ATIVIDADE: 10.301.009.2.034 – Gestão das Ações dos Serviços de Saúde – Rec. Próprios (15%)

3.3.90.39.00 15001002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por um período igual e sucessivo, limitado a 120 (cento e vinte) meses, desde que haja preços e condições vantajosas para a Administração, conforme o Art. 106, da Lei 14.133/21.

11.2 A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

12. DO REEQUILIBRIO

12.1. Em observância ao disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica assegurado à credenciada o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de modo a preservar a relação entre os encargos assumidos e a remuneração originalmente pactuada, garantindo a justa e adequada execução dos serviços.

Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, devidamente comprovados, que acarretem aumento ou redução dos custos operacionais relacionados aos serviços de hospedagem, alimentação (três refeições diárias) e traslado diário de pacientes e acompanhantes entre as unidades de saúde, terminais rodoviários e a casa de apoio, a credenciada poderá requerer a revisão contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

O pedido deverá ser formalmente protocolado, acompanhado de documentação comprobatória idônea, contendo memória de cálculo detalhada e planilha de composição de custos atualizada, demonstrando de forma analítica o impacto dos fatos alegados sobre a equação econômico-financeira inicial.

A solicitação será analisada tecnicamente pela Administração, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público, podendo ser solicitadas informações ou documentos complementares.

Reconhecida a procedência do pleito, o reequilíbrio econômico-financeiro será formalizado mediante termo aditivo ou outro instrumento legalmente admitido, produzindo efeitos a partir da

data do evento que deu causa à alteração ou de outra data expressamente fixada pela Administração, mediante parecer técnico e jurídico favorável.

12.2. Das Hipóteses de Indeferimento

- Não será admitido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando verificado que:
- A variação de custos decorre de oscilações normais e previsíveis do mercado, inerentes à atividade econômica desenvolvida;
- O desequilíbrio resulta de erro de gestão, má administração, negligência ou descumprimento contratual por parte da credenciada;
- Não houver comprovação documental idônea e análise técnica que demonstre o impacto efetivo sobre os encargos contratuais;
- O pleito for apresentado fora do prazo razoável contado da ocorrência do fato gerador, sem justificativa plausível;
- O evento alegado tiver sido expressamente previsto no contrato ou for de risco assumido pela credenciada.

12.3. Da Preservação do Interesse Público

- A recomposição dos valores observará, em todos os casos, os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, sendo vedada a concessão de vantagem indevida que comprometa a isonomia entre credenciados ou resulte em enriquecimento sem causa.

13. RESPONSÁVEIS

Os servidores responsáveis por esse termo de Referência:

Gabriel Gomes Macedo da Silva

Coordenador de Saúde

Membro da Equipe de Planejamento

Portaria 228/2025

Renata Pereira de Souza Carvalho

Diretor de Departamento de Controle, Avaliação e Registros

Membro da Equipe de Planejamento

Portaria 228/2025

APÊNDICE ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP PUBLICADO NO CAMPO
DE ARQUIVOS DA CONTRATAÇÃO**

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº _____)

CONTRATO ADMINISTRATIVO FORNECIMENTO DE PRODUTOS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO DESIDERIO/BA,
POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA E.....

.....

O Município de São Desiderio/BA, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ n. 13.655.436/0001-60, com sede na Praça Emerson Barbosa, Nº 01, Centro, São Desiderio/BA, neste ato representada por João Antônio Rodrigues Linhares, Prefeito, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em.....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº.....e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Chamada Pública nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é chamamento público tem por objeto o credenciamento
XX.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

Praça Emerson Barbosa, nº 01, Centro. CEP: 47.820-000.
Telefax: (77)3623-2145 – licitacao@saodesiderio.ba.gov.br

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do Extrato de Contrato no Portal www.saodesiderio.ba.gov.br bem como no Portal do PNCP, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são de acordo com a tabela de preços.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados de acordo com a lista de preços.

Praça Emerson Barbosa, nº 01, Centro. CEP: 47.820-000.
Telefax: (77)3623-2145 – licitacao@saodesiderio.ba.gov.br

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado de acordo com a Lista de preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de São Desidério/BA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *20 dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias úteis.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do contratado;

- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021); iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021). iv) **Multa**:

- (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor

Praça Emerson Barbosa, nº 01, Centro. CEP: 47.820-000.
Telefax: (77)3623-2145 – licitacao@saodesiderio.ba.gov.br

da parcela inadimplida, até o limite de 02 (dois) dias úteis;

a. *O atraso superior a 02 dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe*

o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

**Praça Emerson Barbosa, nº 01, Centro. CEP: 47.820-000.
Telefax: (77)3623-2145 – licitacao@saodesiderio.ba.gov.br**

Fonte de Recursos:

II. Programa de Trabalho:

III. Elemento de Despesa:

IV. Plano Interno:

v. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS GESTORES E FISCAIS

20.1 Fica nomeado como Gestores deste Contrato o Sr. Edson Lopes de Menezes e Silvio de Santana Neto, a quem caberá designar o fiscal para a acompanhamento do fiel cumprimento dos termos acordados.

20.2. A fiscalização do contrato será exercida pela fiscal de contrato. JAMILE JULIA DE PAULA SOUZA, para a função de FISCAL SETORIAL DE CONTRATO DE SERVIÇOS EM GERAL, cujo objeto seja serviços designados às SECRETARIAS MUNICIPAIS.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; Página do Município de São Desidério/BA e Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Desiderio/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0XXX/2026

ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Ao Departamento de Licitações da Prefeitura de São Desiderio/BA

DADOS CADASTRAIS		
Nome empresarial:		
Endereço:	Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:
CNPJ:	Inscrição Estadual:	

XXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXXXXX, com sede à (**endereço completo**), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, portador(a) do RG nº XXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXX, vem, por meio da presente, solicitar seu Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.
, nos termos e condições do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0xx/2025.

Local e data.

COLOCAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA:

**NOME, IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO LICITANTE, TIMBRE DA EMPRESA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025**

ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA

XXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXXXXX, com sede à (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, portador(a) do RG nº XXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXX, **DECLARA**, sob as penas da Lei:

QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº 0XX/2025, acatando-as em sua totalidade;

QUE tem conhecimento do fornecimento para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;

QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para fornecimento dos produtos, bem como das formas e condições de pagamento;

QUE não consta:

- a) No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- b) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas e;
- c) No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

QUE concorda plenamente com as condições previstas no EDITAL

cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021

Quando Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual: DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; (

) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO CNPJ: 13.655.436/0001-60

Praça Emerson Barbosa - SÃO DESIDÉRIO/BA

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do licitante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE PREÇOS

[NOME DA EMPRESA]

[ENDEREÇO DA EMPRESA]

[CNPJ]

[TELEFONE]

[E-MAIL]

À:

Prefeitura Municipal de São Desiderio/BA

Setor de Licitações e Contratos

Praça Emerson Barbosa, Nº 01,centro

São Desiderio/BA,CEP: 47.820-000

Ref.: Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes, nos termos e condições deste Edital e conforme o art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, declaramos que:

1. Estamos cientes e de acordo com os preços estabelecidos no Edital do Chamamento Público, comprometendo-nos a praticá-los durante o período de vigência do credenciamento, conforme descrito na Tabela de Preços Anexa ao Edital.
2. Comprometemo-nos a fornecer os produtos nas condições e prazos estabelecidos, assegurando a qualidade e conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Prefeitura Municipal de São Desiderio/BA através da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.
3. Estamos cientes de que o não cumprimento das condições estabelecidas no Edital, bem como a prática de preços diferentes dos declarados, poderá resultar na desclassificação e rescisão do credenciamento, além das sanções previstas na legislação vigente.
4. Declaramos que todos os preços apresentados são justos e compatíveis com os praticados no mercado, garantindo a economicidade e a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

5. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente Declaração de Aceite de Preços, comprometendo-nos a cumprir rigorosamente todas as condições estabelecidas no Edital do Chamamento Público.

6.

7. **Preços Propostos:**

ANEXAR A PLANILHA

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal] [Cargo] [Nome da Empresa]

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTO E PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO

A
Prefeitura de São Desidério
Credenciamento nº 00X/2026

A empresa (Nome da Empresa) CNPJ/MF N° _____, sediada (Endereço Completo), **DECLARA** que, conforme art. 79, inciso I da lei nº 14.133/2021 e suas alterações, **dispõe de instalação (RELACIONAR), equipamentos (RELACIONAR) e equipe técnica especializada (RELACIONAR)**, para a execução do objeto do presente processo.

Local e data

EMPRESA XXXXXXXXXX

OBS: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO PELA EMPRESA

ANEXO VII

PROTOCOLO DE ENTREGA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº xxx/2026

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – BA, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Desidério, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ(MF) Nº _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: (____) _____ - _____

E-MAIL: _____

DECLARANTE

Eu, _____ CPF n° _____
_____._____._____-_____, DECLARO para os devidos fins, que ENTREGUEI os envelopes (DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS), relativo à chamada pública/credenciamento n° XXX/2025 na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação.

São Desiderio/BA, / / 2025

DADOS DO RECEBEDOR

DATA: __/__/__

HORA: ____:____

NOME DO RECEBEDOR: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO CNPJ: 13.655.436/0001-60

Praça Emerson Barbosa - SÃO DESIDÉRIO/BA

OBS:

O ANEXO VIII DEVERÁ VIR FORA DO ENVELOPE, DEVIDAMENTE PREENCHIDO COM OS DADOS DO DECLARANTE, CASO NÃO FOR O REPRESENTANTE LEGAL, DEVERÁ ACOMPANHAR A PROCURAÇÃO CONFORME DETERMINA O RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO, CONSTANTE NO PREÂMBULO DESTES EDITAL